



DIREITO ADMINISTRATIVO: 1. Direito administrativo como direito público. Objeto do direito administrativo. 2. Conceito de administração pública sob os aspectos orgânico, formal e material. 3. Fontes do direito administrativo: doutrina e jurisprudência na formação do direito administrativo. Lei formal. Regulamentos administrativos, estatutos e regimentos; instruções; princípios gerais; tratados internacionais; costume. 4. Ausência de competência: agente de fato. 5. Hierarquia. Poder hierárquico e suas manifestações. 6. Centralização e descentralização da atividade administrativa do Estado. Administração pública direta e indireta. 7. Fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos. Formação do ato administrativo: elementos; procedimento administrativo. 8. Ato administrativo: validade, eficácia e auto-executoriedade. Classificação. Mérito do ato administrativo: discricionariedade. 9. Teoria das nulidades no direito administrativo. Vícios do ato administrativo. Ato administrativo nulo, anulável e inexistente. Teoria dos motivos determinantes. 10. Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo. 11. Licitações, contratos e convênios. Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações. Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão. Decreto nº 6.170, de 25/07/2007. Portaria Interministerial nº 507, de 24/11/2011. 12. Sistema de Registro de Preços. 13. Poder de polícia: conceito; polícia judiciária e polícia administrativa; liberdades públicas e poder de polícia. 14. Serviços públicos: conceito, princípios, formas de prestação, classificação; concessão, permissão e autorização (Lei nº 8.987, DE 13/02/1995). 15. Parcerias Público-Privadas (Lei nº 11.079, de 30/12/2004). 16. Bens públicos: classificação e caracteres jurídicos. Natureza jurídica do domínio público. 17. Utilização dos bens públicos: autorização, permissão e concessão de uso; ocupação; afloamento; concessão de domínio pleno. 18. Controle interno e externo da administração pública. 19. Controle jurisdicional da administração pública no direito brasileiro. 20. Tribunal de Contas da União e suas atribuições. 21. Responsabilidade civil do Estado e dos prestadores de serviços públicos: evolução, conceito e teorias. Ação e omissão. Responsabilidade civil, penal e administrativa do servidor. 22. Agentes públicos: classificação; preceitos constitucionais. 23. Regime jurídico: servidor público estatutário, empregado público e ocupante de cargo em comissão. Direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos civis. 24. Lei nº 8.112, de 11/12/1990 e alterações. 25. Improbidade administrativa. 26. Procedimento administrativo. Instância administrativa. Representação e reclamação administrativas. Pedido de reconsideração e recurso hierárquico próprio e impróprio. Prescrição administrativa. 27. Estrutura e funcionamento da Advocacia-Geral da União, do Ministério da Fazenda e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Lei Complementar nº 73, de 10/02/1993. Decreto-Lei nº 147, de 3/02/1967. 28. Advocacia pública consultiva. Aspectos de responsabilidade do parceiro pelas manifestações exaradas, e do administrador público, quando age em acordo, e quando age em desacordo com tais manifestações. 29. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171, de 22/06/1994 e Decreto nº 6.029, de 01/02/2007). 30. Regime Diferenciado de Contratações Públicas (Lei nº 12.462, de 05/08/2011).

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: 1. História e fontes de direito dos tratados. 2. Obrigações e compromissos internacionais. 3. Costume internacional. 4. Entes de direito internacional. 5. Estados. 6. Organizações internacionais. 7. Personalidade internacional. 8. Direito Internacional Tributário. 9. Direito do mar. 10. Direito internacional da navegação marítima e da navegação aérea. 11. Direito internacional ambiental. 12. Proteção internacional dos direitos humanos. 13. Direito internacional do trabalho. 14. Direito econômico internacional. 15. Direito de integração. 16. Direito do MERCOSUL. 17. Direito comunitário. 18. Ordenamento jurídico internacional. 19. Jurisdição Internacional. 20. Sanções no direito internacional público. 21. Conflitos internacionais. 22. Segurança coletiva e manutenção da paz. 23. Direito de guerra e neutralidade. 24. Serviço diplomático e consular. 25. Nacionalização, naturalização. 26. Regime jurídico do estrangeiro. 27. Direito penal internacional. 28. Processos de Globalização e Sistema Normativo Internacional. 29. Modelos de Internalização de Tratados Internacionais. 30. Cooperação Internacional em Matéria Tributária.

DIREITO EMPRESARIAL: 1. Direito empresarial: origem, evolução histórica, autonomia, fontes e características. Teoria da empresa. 2. Empresário: classificação; caracterização; inscrição; capacidade; requisitos necessários, impedimentos, direitos e deveres em face da legislação vigente. 3. Sociedade empresarial: classificação e características. Sociedades não personificadas, sociedade comum e em conta de participação; sociedades personificadas, sociedade simples, em nome coletivo, em comandita simples, limitada, anônima, em comandita por ações, cooperativa e coligadas. 4. Liquidação, transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades. Sociedade dependente de autorização. 5. O estabelecimento: conceito, natureza e sucessão. 6. Nome empresarial: natureza, espécies, características e requisitos legais. 7. Registro de empresas. 8. Prepostos. 9. Escrituração. Livros empresariais: espécies, requisitos e valor probante. 10. Contratos de Empresas: noções, requisitos, classificação, formação, meios de provas, contratos de compra e venda e de prestação de serviços, contratos de conta corrente, de abertura de crédito, de alienação e contrato de "leasing". 11. Responsabilidade dos Sócios e Administradores. Desconsideração da personalidade jurídica. 12. Títulos de crédito. 13. Falência. Recuperação judicial e extrajudicial. Intervenção e liquidação extrajudicial. 14. Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404, de 15/12/1976). Lei nº 11.638, de 28/12/2007.

DIREITO CIVIL: 1. Aplicação da lei no tempo e no espaço. 2. Interpretação e integração da lei. 3. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657, de 04/09/1942). 4. Pessoas naturais e jurídicas: capacidade; começo da personalidade e da existência legal; extinção; domicílio. 5. Bens considerados em si mesmos; reciprocamente considerados; considerados em relação ao titular da propriedade. 6. Bens quanto a possibilidade de comercialização. 7.

Bens de família legal e bem de família convencional. 8. Fato jurídico stricto sensu. 9. Ato jurídico em sentido estrito. 10. Negócio jurídico: elementos essenciais gerais e particulares; elementos acidentais; defeitos; forma e prova; nulidade e anulabilidade. 11. Ato ilícito. 12. Prescrição e decadência. 13. Posse: conceito, classificação, aquisição, perda; efeitos e proteção. 14. Aquisição e perda da propriedade móvel e imóvel. 15. Usucapião especial urbana e rural. 16. Modalidade de condomínio. 17. Direitos reais sobre coisa alheia: de fruição, de garantia e de aquisição. 18. Obrigações: modalidades; modos de extinção (pagamento direto e pagamento indireto); extinção da obrigação sem pagamento; execução forçada por intermédio do Poder Judiciário; consequências da inexecução da obrigação por fato imputável ao devedor (mora, perda e danos e cláusula penal); transmissão (cessão de crédito, cessão de débito e cessão do contrato). 19. Contratos em geral: requisitos de validade, princípios, formação, classificação; efeitos em relação a terceiros; efeitos particulares (direito de retenção, exceção nom adimpleti contractus, vícios redibitórios, evicção e arras; extinção da relação contratual. 20. Defeitos do negócio jurídico: erro ou ignorância, dolo, coação, estado de perigo, lesão e fraude contra credores. 21. Compra e Venda. 22. Troca. 23. Doação. 24. Locação de coisa móvel e imóvel. 25. Prestação de Serviços. 26. Empreitada. 27. Empréstimo: mútuo e comodato. 28. Depósito. 29. Mandato. 30. Seguro. 31. Fiança. 32. Obrigação por declaração unilateral de vontade: promessa de recompensa, gestão de negócios, pagamento indevido e enriquecimento sem causa e títulos de crédito. 33. Obrigações por ato ilícito. 34. Prescrição e decadência: causas de impedimento, suspensão e interrupção; prazos. 35. Responsabilidade civil: conceito, pressupostos, espécies e efeitos. 36. Responsabilidade civil do fornecedor pelos produtos fabricados e pelos serviços prestados. 37. Responsabilidade civil por dano causado ao meio ambiente e a bens diretos de valor artístico, estético, histórico e paisagístico. 38. Posse: classificação, aquisição, efeitos e perda. 39. Propriedade: classificação, aquisição, efeitos e perda. 40. Direitos reais. 41. Disposições finais e transitórias do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10/01/2002) 42. Registros públicos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1. Jurisdição: contenciosa e voluntária. 2. Órgãos da jurisdição. 3. Ação: conceito e natureza jurídica. Condições da ação. Classificação das ações. 4. Processo. Conceito. Natureza jurídica. Princípios fundamentais. Pressupostos processuais. 5. Procedimento ordinário e sumaríssimo. 6. Competência: absoluta e relativa. 7. Competência internacional. Homologação de sentença estrangeira. Carta rogatória. 8. Partes. Capacidade e legitimidade. Substituição processual. 9. Litisconsórcio. Assistência. Intervenção de terceiros: oposição, nomeação à autoria, denunciação da lide e chamamento ao processo. Ação regressiva. 10. Formação, suspensão e extinção do processo. 11. Petição inicial. Requisitos. Inepcia da petição inicial. 12. Pedido. Cumulação e espécies de pedido. 13. Atos processuais. Tempo e lugar dos atos processuais. 14. Comunicação dos atos processuais. Citação e intimação. 15. Despesas processuais e honorários advocatícios. 16. Resposta do réu, exceção, contestação e reconvenção. Revelia. Efeitos da revelia. 17. Julgamento conforme o estado do processo. 18. Audiência de instrução e julgamento. 19. Prova. Princípios gerais. Ônus da prova. 20. Sentença. Coisa julgada formal e material. Preclusão. Cumprimento de Sentença. 21. Duplo grau de jurisdição. Recursos. Incidente de uniformização de jurisprudência. 22. Reclamação e correção. 23. Ação rescisória. 24. Ação monitoria. 25. Liquidação de sentença. Execução. Regras gerais. Partes. Competência. Responsabilidade patrimonial. 26. Título executivo judicial e extrajudicial. 27. Execução por quantia certa contra devedor solvente e contra devedor insolvente. 28. Execução para entrega de coisa. 29. Execução de obrigação de fazer e de não fazer. 30. Execução contra a fazenda pública. 31. Embargos à execução. 32. Ministério Público no processo civil. 33. Ação popular e ação civil pública. 34. Mandado de segurança. 35. Mandado de injunção. 36. Habeas data. 37. Ação declaratória. Declaratória incidental. 38. Ação discriminatória. 39. Ação de usucapião. 40. Ação de consignação em pagamento. 41. Ação de despejo e renovatória. 42. Ação de desapropriação. 43. Ações possessórias. 44. Embargos de terceiro. 45. Ação civil originária nos tribunais. 46. Tutela antecipada e tutela específica. 47. Medidas cautelares. 48. Juizados especiais. 49. Execução Fiscal.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL: 1. Aplicação da lei penal. Princípios da legalidade e anterioridade. Lei penal no tempo e no espaço. 2. Crime. Conceito. Relação de causalidade. Superveniência de causa independente. Relevância da omissão. Crime consumado, tentado e impossível. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime doloso, culposo e preterdoloso. Tipicidade (tipo legal do crime). Erro de tipo e erro de proibição. Coação irresistível e obediência hierárquica. 3. Exclusão de ilicitude. 4. Imputabilidade penal. 5. Efeitos da condenação e da reabilitação. 6. Pena de multa criminal (art. 51 do Código Penal). 7. Ação penal pública e privada no Código Penal. 8. Extinção da punibilidade. 9. Crimes contra a administração pública. 10. Crimes relativos à licitação (Lei nº 8.666, de 21/6/1993). 11. Crimes contra o patrimônio. 12. Crimes contra a fé pública. 13. Crimes de abuso de autoridade (Lei nº 4.898, de 9/12/1965). 14. Crimes contra a ordem econômica, a ordem tributária, as relações de consumo e a economia popular (Lei Delegada nº 4, de 26/9/1962; Lei nº 1.521, de 26/12/1951; Lei nº 8.078, de 11/9/1990; Lei nº 8.137, de 27/12/1990; art. 34 da Lei nº 9.249, de 26/12/1995; Lei nº 8.176, de 8/2/1991; Lei nº 8.884, de 11/6/1994). 15. Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429, de 02/06/92). 16. Combate à Lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei 9.613/98; Lei nº 10.701/03; Lei nº 10.467/02; Lei Complementar nº 105/01; Decreto 2.799/98; Portaria no 330/98, de 16.12.98, do Ministro de Estado da Fazenda; Portaria no 350, de 16.10.02, do Ministro de Estado da Fazenda). 17. Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei 7.492, de 16/06/1986). 18. Princípios gerais do direito processual penal. 19. Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 20. Sujeitos da relação processual. 21. Inquérito policial. 22. Ação penal: conceito,

condições, pressupostos processuais. 23. Ação penal pública. Titularidade, condições de procedibilidade. 24. Denúncia: forma e conteúdo; recebimento e rejeição. 25. Ação penal privada. Titularidade. 26. Queixa. Renúncia. Perdão. Perempção. 27. Ação civil. 28. Jurisdição. 29. Competência: critérios de determinação e modificação. Incompetência.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO: 1. Conceito. Fontes: classificação, hierarquia e solução de conflitos. Princípios do direito do trabalho. 2. Relação de trabalho. Relação de emprego. Distinção. 3. Sujeitos da relação de emprego. Empregado. Espécies. Distinção dos demais trabalhadores (eventual, autônomo, de empreitada). Empregador. Grupo de empresas. Responsabilidade solidária e subsidiária. Sucessão. Desconsideração da personalidade jurídica. 4. Contrato individual do trabalho: conceito, elementos e modalidades. Alteração do contrato de trabalho. Efeitos. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. 5. Extinção do contrato de trabalho. Espécies. Justas causas de despedida do empregado. Culpa recíproca. Despedida indireta. Dispensa arbitrária. 6. Duração do trabalho. Jornada de trabalho. Intervalos. Trabalho extraordinário e trabalho noturno. 7. Férias. Direitos do empregado, épocas de concessão e remuneração. 8. Descanso semanal remunerado. 9. Direito processual do Trabalho. Fontes. Princípios. O jus postulandi. 10. Justiça do Trabalho. Organização. Competência. As alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 45/2004. 11. Processo do trabalho. Ato processuais. Formas de comunicação dos atos processuais. Procedimentos. Nulidades no processo do trabalho. Decisões judiciais. Termo de conciliação e sua eficácia. 12. Recursos no processo do trabalho: princípios gerais, prazos, pressupostos, requisitos e efeitos. Recursos em espécie: recurso ordinário, agravo de petição, agravo de instrumento, recurso de revista, embargos no TST e embargos de declaração. Agravo regimental. Recurso adesivo. 13. Liquidação de sentença. Execução provisória e definitiva no processo trabalhista. Meios de defesa. Execução contra a Fazenda Pública. 14. Execução das contribuições sociais na Justiça do Trabalho. Competência. Legitimidade. Procedimento. Lei nº 10.035, de 25/10/2000. Prerrogativas do Fisco. 15. Ação rescisória no processo do trabalho.

DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL: 1. Seguridade social. 1.1. Conceituação. 1.2. Organização e princípios constitucionais. 2. Regime Geral de Previdência Social. 2.1. Segurados obrigatórios. 2.2. Conceito, características e abrangência: empregado, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso, segurado especial. 2.3. Segurado facultativo: conceito, características. 2.4. Filiação dos Segurados. 2.5. Manutenção e perda da qualidade de segurado. 2.6. Dependentes. 3. Empresa e empregador doméstico: conceito previdenciário. 4. Financiamento da seguridade social. 4.1. Recotas da União. 4.2. Recotas das contribuições sociais: dos segurados, das empresas, do empregador doméstico, do produtor rural, do clube de futebol profissional, sobre a receita de concursos de prognósticos, decorrentes do trabalho prestado em obras de construção civil, receitas de outras fontes. 4.3. Salário-de-contribuição. 4.3.1. Conceito. 4.3.2. Parcelas integrantes e parcelas não-integrantes. 4.3.3. Salário-Base. 4.4. Arrecadação e recolhimento das contribuições destinadas a seguridade social. 4.4.1. Obrigações da empresa e demais contribuintes. 4.4.2. Prazo de recolhimento. 4.4.3. Recolhimento fora do prazo: juros, multa e atualização monetária. 4.4.4. Obrigações acessórias. Retenção e Responsabilidade solidária: conceitos, natureza jurídica e características. 4.5. Isenção das Contribuições para a Seguridade Social. 4.5.1 requisitos para a Isenção. 4.5.2 Remissão e Anistia. 4.6 Decadência e prescrição das Contribuições à Seguridade Social.

IRB-BRASIL RESEGUROS S/A

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE/OBJETO: Prestação de serviços advocatícios na área cível, visando promover a defesa desta Empresa na ação ordinária proposta por Liberty Paulista Seguros S/A em face de Tecon Rio Grande S/A, que tramita no Juízo de Direito da 01ª Vara Cível da Comarca de Rio Grande - RS; Processo nº: 0231/05.0004491-8; MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação - Art. 25 caput e seu § 2º da Lei nº 8.666/93; conforme Processo de Pré-Qualificação de Advogados - PAOS-GESUP nº 01/2003, homologado em 22/08/03; CONTRATADOR: Druck, Mallmann, Oliveira e Advogados Associados; VALOR GLOBAL: R\$ 12.900,14, a serem pagos em duas parcelas, consoante Circular Presti 027/04; VIGÊNCIA: até o término das medidas judiciais; DATA DA ASSINATURA: 04/05/2012, conforme consta da pasta COJUR nº: 0795/07; CRÉDITO PARA DESPESA: 11519 - Despesas de Sinistros a Atribuir.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

EXTRATO DE CONVÊNIO

1. **NATUREZA:** Convênio que entre si celebram a União, por intermédio da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), CNPJ nº 00.394.460/0058-87, e os Municípios optantes doravante relacionados, conforme estabelecido na Instrução Normativa RFB nº 884, de 5 de novembro de 2008.

2. **OBJETO:** Fimar a opção realizada pelo Município, na forma prevista no § 1º do art. 10 do Decreto nº 6.433, de 15 de abril de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.621, de 29 de outubro de 2008, e pelo Decreto nº 6.770, de 10 de fevereiro de 2009, e nos termos da Resolução CGITR nº 3, de 7 de julho de 2008, para delegação de competência para o exercício das atribuições de fiscalização, inclusive a de lançamento de créditos tributários, e de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

3. **VIGÊNCIA:** Por prazo indeterminado a partir de sua publicação no Diário Oficial da União.



MUNICÍPIOS CONVENIADOS	UF	CNPJ	DATA DE ASSINATURA
ROSANA	SP	67.662.452/0001-00	02/04/2012
JUARA	MT	15.072.663/0001-99	04/04/2012
MAETINGA	BA	13.284.641/0001-67	05/04/2012
SÃO PEDRO DO TURVO	SP	44.567.014/0001-67	13/04/2012
CACEQUI	RS	88.604.897/0001-03	18/04/2012
PAROBE	RS	88.372.883/0001-01	18/04/2012
SERTÃO SANTANA	RS	94.068.236/0001-03	19/04/2012

**SUBSECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE PROGRAMAÇÃO
E LOGÍSTICA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 6/2012 - UASG 170010

Nº Processo: 12440000028201299. PREGÃO SISPP Nº 6/2012 Contratante: MINISTÉRIO DA FAZENDA -CNPJ Contratado: 05423963000111. Contratado: 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A -Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço de comunicação de dados por rede de telefonia móvel, com acesso à Internet 3G, para uso dos notebooks e tablets de propriedade da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Fundamento Legal: Lei nº 8666, de 1993. Vigência: 17/04/2012 a 16/04/2013. Valor Total: R\$94.910,40. Fonte: 150251030 - 2012NE800277. Data de Assinatura: 17/04/2012.

(SICON - 04/05/2012) 170010-00001-2012NE000001

**SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2012 - UASG 170018**

Nº Processo: 10166001396201215. Objeto: - Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de chaveiro (incluindo materiais correlatos) e fornecimento de carimbos, para fins de atender demandas da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da Primeira Região Fiscal (SRRF01) e da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Aeroporto Internacional de Brasília (ALF/BSB). Total de Itens Licitados: 00031. Edital: 07/05/2012 de 08h30 às 12h00 e de 14h às 17h30. Endereço: Ed.orgaos Regionais 6. andar S/614 S.a.a. Asa Sul - BRASILIA-DF. Entrega das Propostas: a partir de 07/05/2012 às 08h30 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 18/05/2012 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

ELILDE LIMA DE SOUSA
Pregoeiro

(SIDECA - 04/05/2012) 170010-00001-2012NE000001

**DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM CAMPO GRANDE**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 11/2012 - UASG 170109

Número do Contrato: 1/2008. Nº Processo: 10140000046200843. PREGÃO SISPP Nº 1/2008 Contratante: MINISTÉRIO DA FAZENDA -CNPJ Contratado: 00332087000366. Contratado: SECURITY VIGILANCIA E SEGURANCA -LTD.A. Objeto: Prorrogar a vigência contratual por mais 12 (doze) meses, abrangendo o período de 01/05/2012 a 30/04/2013. Fundamento Legal: Artigo 57, Inciso II, Lei 8666/93. Vigência: 01/05/2012 a 30/04/2013. Valor Total: R\$728.530,20. Fonte: 157000000 - 2012NE800027. Data de Assinatura: 30/04/2012.

(SICON - 04/05/2012) 170010-00001-2012NE000001

**2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL
DO BRASIL EM BELÉM**

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

A Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belém/PA torna público o Registro de Preços, relativo ao Pregão Eletrônico DRF/BEL nº 14/2011, processo nº 14346.000044/2011-02, referente a material permanente - equipamento de informática (tablets), sendo registrado: ARP nº 1/2011 para a empresa ALL MOBILE TECNOLOGIA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE COMPUTADORES, CNPJ nº 14.027.737/0001-02, o item 1 pelo valor unitário de R\$1.500,00.

ANNETTE LOBATO MARTINS
Chefe do Serviço de Programação e Logística

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032012050700092

3ª REGIÃO FISCAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 6, DE 3 DE MAIO DE 2012

O SUPERINTENDENTE-SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 3ª REGIÃO FISCAL, pelo presente EDITAL, nos termos do art. 23, caput, §1º e inciso II, § 2º e inciso IV, e §3º, do Decreto 70.235/72, com redação incluída pelo art. 113 da Lei 11.196/2005, e Art. 27 do Decreto-Lei 1.455, de 07 de abril de 1976, INTIMA o contribuinte abaixo relacionado, a tomar ciência do Termo de Intimação abaixo identificado, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da publicação do presente Edital, onde se considera ciente.

O Termo de Intimação encontra-se à disposição do interessado na Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho da 3ª Região Fiscal, na Praça Amigos da Marinha, S/N, Muquiepe, Fortaleza-Ce, CEP 60.182-640, nos dias úteis, no horário de expediente.

TERMO DE INTIMAÇÃO Nº	CONTRIBUINTE	CNPJ
10.2.045/2012	GALLY'S COMÉRCIO DE ELETRO ELETRÔNICO, ELETRICOS E SERVL COS LTDA.	10.387.798/0001-20

MARCELLUS RIBEIRO ALVES

**DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM FORTALEZA**

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

A Delegacia da Receita Federal do Brasil em Fortaleza-DRF/FOR, neste ato representada pelo Delegado Substituto, Helder Silva Nobre, torna público o preço registrado para eventual fornecimento de cadeiras e longarinas resultante do Pregão Eletrônico nº 01/2012.

A Ata de Registro de preços resumida encontra-se disponível no site www.comprasnet.gov.br, UASG 170041, sendo encontrada em sua totalidade junto à Equipe de Licitações e Contratos da DRF/FOR, na Rua Barão de Aracati, 909, 2º Andar - Aldeota - Fortaleza/CE, CEP 60115-901. O prazo de validade da Ata é até 29/04/2013.

Ata nº 01/2012 - Grupo Único - Preço Total R\$ 626.370,00. Fornecedor Beneficiário:TECNOLINEA INJETADOS PLÁSTICOS LTDA,CNPJ sob o nº 93.448.959/0001-75.

HELDER SILVA NOBRE

**DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM JUAZEIRO DO NORTE**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2012 - UASG 170042

Número do Contrato: 2/2009. Nº Processo: 10315000689200848. PREGÃO SISPP Nº 3/2008 Contratante: MINISTÉRIO DA FAZENDA -CNPJ Contratado: 86960598000186. Contratado : NORTH SEGURANCA LTDA -Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato DRF/JNE nº 02/2009, de prestação de serviços continuados de vigilância armada e segurança; alteração do preço global do contrato em virtude de renegociação do percentual de reserva técnica de 5% para 1%, integrante do componente de custos da contratação e readequação do cronograma físico-financeiro que integra o contrato-Fundamento Legal: Art. 57, II, Lei nº 8.666/93.Vigência: 01/05/2012 a 31/12/2013. Valor Total: R\$488.661,20. Fonte: 150251030 - 2012NE800004. Data de Assinatura: 30/04/2012.

(SICON - 04/05/2012) 170010-00001-2012NE000001

**4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM JOÃO PESSOA**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2012 - UASG 170052**

Nº Processo: 14760720065201220. Objeto: - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de três postos carregadores (carga, descarga e transporte de volumes) com exclusividade de mão de obra, incluindo três diárias/mês/posto para deslocamentos a cidades da jurisdição da DRF/JPA/PB, exceto da Região Metropolitana de João Pessoa(João Pessoa, Conde, Santa Rita, Cabedelo, Alhandra, Lucena, Mamanguape, Rio Tinto, Pitimbu, Caaporã, Cruz do Espírito Santo e Bayeux) Total de Itens Licitados: 00002. Edital: 07/05/2012 de 08h30 às 11h30 e de 14h às 17h00. Endereço: Av. Epitácio Pessoa, 1705 - 1º Andar - Bairro Dos Estados Estados -JOAO PESSOA-PB. Entrega das Propostas: a partir de 07/05/2012 às 08h30 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 21/05/2012 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

HERALDO JOSE SANTIAGO DE SOUSA
Chefe da SAPOL

(SIDECA - 04/05/2012) 170010-00001-2012NE000001

**5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL
DO BRASIL EM ITABUNA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 2/2012 - UASG 170327

Nº Processo: 1355800002201296. PREGÃO SISPP Nº 2/2012 Contratante: MINISTÉRIO DA FAZENDA -CNPJ Contratado: 03939101000110. Contratado: COMERCIAL DE DERIVADOS DE PETROLEOKAMILLY LIMITADA-ME. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento parcelado de combustíveis (óleo diesel, gasolina comum e etanol), no município de Itabuna/Ba, para os veículos que compõem a frota da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Itabuna e para os veículos oficiais em trânsito por esta delegacia, a serviço da Secretaria da Receita Federal do Brasil ou do Ministério da Fazenda. Fundamento Legal: Lei 8666/93 - Vigência: 20/04/2012 a 31/12/2012. Valor Total: R\$10.050,50. Fonte: 150251030 - 2012NE800140. Data de Assinatura: 20/04/2012.

(SICON - 04/05/2012) 170010-00001-2012NE000001

**6ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO
AEROPORTO INTERNACIONAL TANCREDO NEVES**

**RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2011**

O pregoeiro da Inspeção da Receita Federal de Belo Horizonte (MG), nos autos do processo 10611.000520/2011-49, torna público o resultado do Pregão Eletrônico em epígrafe, declarando vencedoras para os itens entre parênteses as empresas a seguir identificadas por CNPJ: 00.315.260/0001-56(66), 00.944.944/0001-17(73), 01.115.340/0001-53(67), 02.380.940/0001-89(14, 20, 31, 32, 33, 34, 44, 52, 54, 64), 03.847.437/0001-53(1, 2, 4), 04.420.130/0001-34(71), 05.032.857/0001-07(9, 10, 15, 19, 24, 25, 34, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 45, 56, 63), 05.075.962/0001-23(6, 7, 8, 11, 12, 16, 21, 22, 23, 26, 27, 35, 46, 47, 50, 51, 53, 55, 60, 61, 62, 65, 68), 07.245.458/0001-50(13, 17, 18, 30, 40), 07.763.280/0001-39(70, 74, 76, 77), 10.974.832/0001-62(69), 12.802.564/0001-27(39), 13.806.219/0001-24 (48), 13.970.625/0001-28 (28, 57, 58, 59), 14.793.395/0001-31(75, 79, 80, 81), 17.544.123/0001-96(3, 5, 72, 78). Restou deserto o item 29.

EDUARDO MARTINS COELHO

(SIDECA - 04/05/2012) 170010-00001-2012NE000001

**DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM CORONEL FABRICIANO**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 3/2012 - UASG 170324

Nº Processo: 13629000066201214. PREGÃO SISPP Nº 2/2012 Contratante: MINISTÉRIO DA FAZENDA -CNPJ Contratado: 08139629000129. Contratado: ADSESTE ADMINISTRACAO E - TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA LT. Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, a serem prestados nos imóveis de uso da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Coronel Fabriciano e Agência da Receita Federal do Brasil em João Monlevade, envolvendo a disponibilização de mão-de-obra, saneantes, domissanitários, materiais e equipamentos. Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02,Decreto 5.450/05,INSLTI/MPONGnº 02/2008. Vigência: 01/05/2012 a 30/04/2013. Valor Total: R\$117.850,00. Fonte: 150251030 - 2012NE800080. Data de Assinatura: 26/04/2012.

(SICON - 04/05/2012) 170010-00001-2012NE000001

**DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM UBERABA**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2012 - UASG 170093

Número do Contrato: 4/2009. Nº Processo: 10650000289200821. PREGÃO SISPP Nº 4/2009 Contratante: MINISTÉRIO DA FAZENDA -CNPJ Contratado: 00028986001260. Contratado: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A. -Objeto: Alterar as cláusulas SEGUNDA, QUARTA E DECIMA TERCEIRA, todas do Contrato 04/2009. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Vigência: 24/04/2012 a 23/04/2013. Valor Total: R\$6.660,00. Fonte: 150251030 - 2012NE800007. Data de Assinatura: 10/04/2012.

(SICON - 04/05/2012) 170010-00001-2012NE000001

**7ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL
DO BRASIL NO PORTO DE VITÓRIA**

EDITAL Nº 77, DE 3 DE MAIO DE 2012

O Inspetor-Chefe da Alfândega do Porto de Vitória, Estado do Espírito Santo, da Secretaria da Receita Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria Ministerial do Ministro da Fazenda nº 587 de 21 de Dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de Dezembro de 2010, resolve, revogar de ofício o EDITAL 216 de 29 de Agosto de 2012, referente Representação Fiscal para Fins de Declaração de Inaptidão da Empresa UBRITAN BÚSQUET DE OLIVEIRA-ME, Processo Administrativo nº12466.722.397/2011-67.

FLÁVIO JOSÉ PASSOS COELHO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.